

Projeto

LEGADO

**20 PROPOSTAS PARA APERFEIÇOAMENTO DOS
MARCOS CONSTITUCIONAL, LEGAL E INFRALEGAL
DA GESTÃO DE ÁGUAS NO BRASIL**

PREPARAÇÃO PARA O 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA



**BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2017
DOCUMENTO BASE
VERSÃO 1.0**

QUESTÕES IDENTIFICADAS COM PROPOSTAS FORMULADAS

I - Segurança e Infraestrutura Hídricas

1. Coordenação regulatória em momentos de crise hídrica

Constatações/Problemas/Desafios

As instituições do SINGREH - colegiados e instituições públicas de gerenciamento da água – têm demonstrado limitações para dar respostas eficazes à sociedade brasileira em situações de grave crise hídrica ou de conflito federativo.

Resumo da Proposta/Diretrizes para Ação

Propõe-se a revisão da Lei de criação da ANA, ampliando suas prerrogativas para atuação em articulação com os órgãos gestores estaduais, em toda a extensão da bacia e adoção de medidas excepcionais de caráter integrado.*

Instrumentos

** Revisão da Lei nº 9.984/2000*

O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.

.....
XXIII – declarar situação crítica de recursos hídricos em bacias que impactam o atendimento aos usos múltiplos localizados em corpos hídricos de domínio da União;

XXIV – estabelecer, em articulação com os Estados e com os comitês de bacia hidrográfica, quando houver, regras de uso da água e fiscalizar seu cumprimento visando assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração de situação crítica de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII.
.....
.....

§ 2º As ações a que se refere o inciso X deste artigo, quando envolverem a situação crítica de recursos hídricos, somente poderão ser promovidas mediante a declaração a que se refere o inciso XXIII.

§ 3º A ANA deverá informar o CNRH, os conselhos estaduais e os comitês de bacia acerca das ações desenvolvidas durante a vigência da declaração a que se refere o inciso XXIII deste dispositivo.
.....
.....

§ 9º As regras a que se refere o inciso XXIV serão aplicadas a todos os corpos hídricos abrangidos pela declaração de situação crítica de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII.”

§ 10 A declaração a que se refere o inciso XXIII atende ao disposto no art. 46 da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

I - Segurança e Infraestrutura Hídricas

2. Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica

Constatações/Problemas/Desafios

A promoção da segurança hídrica no Brasil passa necessariamente pelo estabelecimento de canais institucionais e de mecanismos operacionais voltados à Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), os quais permitam organizar a ação do poder público de forma coerente observado o fundamento do uso múltiplo dos recursos hídricos.

Resumo da Proposta/Diretrizes para Ação

Propõe-se a criação de um Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica (CINFRAH)* e o aperfeiçoamento do Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica – CERTOH de forma a exigí-lo durante a etapa de planejamento das obras hídricas*.

Instrumentos

* Revisão da Lei 9.984/2000 e Minuta de Decreto Presidencial com regulamentação do CINFRAH

O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.

.....
XXV – exercer o papel de Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica (CINFRAH), a ser estabelecido por Decreto.”

Cria o Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica, e estabelece critérios e procedimentos para planejamento, implantação ou financiamento de obras de infraestrutura hídrica com recursos financeiros da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica (CINFRAH), órgão de assessoramento da Presidência da República para articulação das políticas setoriais afetas à gestão de recursos hídricos.

§ 1º O CINFRAH será presidido pela Casa Civil e composto pelos titulares dos seguintes Ministérios:

- a) do Meio Ambiente;
- b) dos Transportes;
- c) das Cidades;
- d) da Integração Nacional;
- e) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- f) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- g) de Minas e Energia;
- h) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- i) Saúde;
- j) Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação; e
- k) Ministério da Educação

§ 2º Os suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Presidente do CINFRAH.

§ 3º Para o exercício de suas atribuições, o CINFRAH contará com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), que exercerá o papel de Secretaria Executiva.

§ 4º Em função da pauta e a critério do Presidente do CINFRAH, poderão participar das reuniões representantes de outros Ministérios e entidades da Administração Pública.

§ 5º O CINFRAH, mediante resolução, poderá constituir câmaras técnicas em caráter temporário.

Art. 2º Caberá ao CINFRAH propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I - estabelecer de diretrizes para a integração das diversas políticas públicas setoriais afetas ao planejamento, ao financiamento e à implementação da infraestrutura hídrica;

II - determinar a elaboração de estudos e a execução de ações que contribuam para garantir o uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos no país;

III - propor medidas visando garantir a ação eficaz do poder público na implementação de programas e medidas voltadas à ampliação da oferta hídrica ou de prevenção dos efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com os demais entes da Federação;

IV - sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o abastecimento público e o saneamento básico nos centros urbanos e nas zonas rurais;

V - indicar os empreendimentos que devam ter prioridade de financiamento e implantação com recursos do Governo Federal, em especial os sistemas integrados de produção de água, tendo em vista seu caráter estratégico e de interesse público, de forma a otimizar os investimentos.

VI - aprovar, em caráter preliminar, as iniciativas de elaboração ou revisão de planejamento setorial que envolvam a realização de investimentos públicos em infraestrutura hídrica; e

VII - certificar a viabilidade e adequação dos planos setoriais à luz das diretrizes de integração das políticas públicas e otimização dos investimentos públicos.

§ 1º As deliberações do CINFRAH dependerão de quórum mínimo de 5 (cinco) titulares e obtenção de maioria simples.

§ 2º As deliberações serão emitidas por meio de resoluções específicas do Comitê e terão caráter vinculante para a atuação dos Ministérios nele representados.

Art. 3º A aprovação das iniciativas de elaboração e revisão dos planos setoriais de que trata o inciso VI do Art. 2º dependerá de análise prévia pela ANA, a qual será submetida à deliberação final pelo CINFRAH.

§ 1º Caberá ao Ministério proponente a apresentação do escopo da proposta inicial para elaboração ou revisão de plano setorial a ser desenvolvida e, quando couber, dos termos de referência para contratação.

§ 2º Caberá à ANA, após manifestação prévia dos demais Ministérios, emitir parecer sobre a iniciativa, avaliando possíveis incoerências ou conflitos com outros planos setoriais e de recursos hídricos e, em particular, com o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 4º Concluído o processo de elaboração ou de revisão do plano setorial, o mesmo será submetido à certificação pelo CINFRAH, por meio de resolução específica, antes de sua aprovação final, conforme fluxo processual estabelecido pelas legislações específicas de cada setor.

§ 1º Os planos setoriais submetidos à certificação pelo CINFRAH, poderão ser rejeitados, aprovados integralmente ou com ressalvas.

§ 2º No caso de rejeição do plano setorial pelo CINFRAH, o Ministério responsável deverá adotar as medidas necessárias para sua revisão e ajustes, antes de submetê-lo novamente à apreciação do CINFRAH.

Art. 5º As obras de infraestrutura hídrica contempladas em planejamento previamente certificado pelo CINFRAH ficarão dispensadas de análise posterior com fins de emissão do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica pela Agência Nacional de Águas - ANA.

Art. 6º Os artigos 1º, 2º e 3º do Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As obras de infraestrutura hídrica para reservação ou adução de água bruta a serem implantadas ou financiadas, no todo ou em parte, com recursos financeiros da União devem obedecer às diretrizes para integração das políticas setoriais emanadas pelo CINFRAH, bem como os critérios de sustentabilidade nas perspectivas operacional da infraestrutura e hídrica.

Art. 2º

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também à implantação e ao financiamento de obras de infraestrutura hídrica contratadas diretamente por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

§ 2º As obras de infraestrutura hídrica contempladas em planejamento previamente certificado pelo CINFRAH ficarão dispensadas dessa análise.

Art. 3º

II - hídrica, caracterizada pela demonstração de que a implantação da infraestrutura contribui para o aumento do nível de aproveitamento hídrico da respectiva bacia hidrográfica.

Parágrafo único. Os procedimentos a serem adotados na certificação serão estabelecidos pela ANA, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o CINFRAH.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 201....; 1....º da Independência 1....º da República.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Ministro do Meio Ambiente

I - Segurança e Infraestrutura Hídricas

3. Classificação das águas para segurança hídrica

Constatações/Problemas/Desafios

No Brasil há milhares de corpos d'água em boas condições de qualidade, que constituem um patrimônio hídrico com valor ecológico e econômico estratégico. Na inexistência de seu enquadramento, esses corpos d'água não estão protegidos adequadamente enquanto são mantidos como classe 2. Essa riqueza hídrica precisa de medidas de proteção que preservem a qualidade das águas e evitem que sejam poluídas. Diante da crise hídrica, das mudanças do clima e da necessidade de prover segurança hídrica é necessário fortalecer os instrumentos que levam à sua proteção.

Resumo da Proposta/Diretrizes para Ação

Propõe-se proteger os corpos d'água de modo preventivo e integral, regulando os usos nas bacias hidrográficas, de forma que, enquanto não aprovados os enquadramentos, as águas doces sejam classificadas como classe 1*.

Instrumentos

* Revisão da Resolução Conama 357/2005

Altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005.

O CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003 e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 437, de 8 de novembro de 2013;

Considerando que o art. 10 da Lei nº 9.433/1997 dispõe que a legislação ambiental estabelece as classes de corpos de água, que identificam o conjunto de condições e padrões de qualidade de água necessários ao atendimento dos usos preponderantes, atuais ou futuros;

Considerando que o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente;

Considerando que a Resolução CONAMA nº 357/2005, sobre classificação dos corpos d'água estipula que enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos, as águas doces serão consideradas classe 2, as salinas e salobras classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente;

Considerando que se dispõe de poucas medições de qualidade de água que permitam aferir em que condições elas se encontram;

Considerando que o dispositivo que determina a aplicação da classe mais rigorosa correspondente é pouco aplicado, colocando-se em risco a proteção desse patrimônio hídrico valioso;

Considerando que no Brasil há milhares de corpos d'água em boas condições de qualidade, que constituem um patrimônio hídrico com valor ecológico e econômico estratégico e que, na inexistência de seu enquadramento, esses corpos d'água não estão protegidos adequadamente enquanto são mantidos como classe 2;

Considerando que essa riqueza hídrica precisa de medidas de proteção que preservem a qualidade das águas e evitem que sejam poluídas;

Considerando que diante da crise hídrica, das mudanças do clima e da necessidade de prover segurança hídrica é necessário fortalecer os instrumentos que levam à sua proteção, resolve:

Art.1º. O artigo 42 da Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. Enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos, as águas doces, as salinas e salobras serão consideradas classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe especial".

I - Segurança e Infraestrutura Hídricas

4. Aperfeiçoamento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)

Constatações/Problemas/Desafios

A questão da segurança física das obras de barramento tem se tornado cada vez mais prioritária e estratégica para o desenvolvimento do país, exigindo aperfeiçoamentos legais e institucionais que confirmem efetividade e eficiência à atuação do poder público, desde o planejamento, passando pela execução, até a adequada manutenção das obras hidráulicas.

Resumo da Proposta/Diretrizes para Ação

Propõe-se o aprimoramento da Lei 12.334/2010.*

Instrumentos

** Revisão da Lei 12.334/2010*

MINUTA DE PROJETO DE LEI

Complementa a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 e dá outras providências.

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º, 12, 13, 16 e 17 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

“Parágrafo único. Esta Lei aplica-se a barragens e diques destinados à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

I - altura do maciço, contada do ponto mais profundo de sua fundação à crista, ou, caso não seja possível caracterizar a fundação, do ponto mais baixo do terreno ou talvegue do rio à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros)”;
.....

IV - categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 7º.

Art. 2º

I - barragem: qualquer obstrução em um curso permanente ou temporário de água, talvegue ou cava exaurida, para fins de retenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;
.....

IV - empreendedor: pessoa física ou jurídica que detém outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que regularize a barragem ou o seu uso, junto ao respectivo órgão ou entidade fiscalizadora, podendo ser quem explore oficialmente a barragem para benefício próprio ou da coletividade ou, em não havendo quem a explore oficialmente, todos aqueles com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório;

V - fiscalizador: órgão ou entidade do poder público responsável pelas ações de fiscalização da segurança da barragem de sua competência, conforme art.5º desta Lei;

VI - gestão de risco: ações de caráter normativo, bem como aplicação de medidas para prevenção, controle e mitigação de riscos;

VII - dano potencial associado à barragem: dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua

probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas, impactos sociais, econômicos e ambientais; e

VIII- categoria de risco: classificação da barragem de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente;

IX - acidente: comprometimento da integridade estrutural com liberação incontrolável do conteúdo de um reservatório, ocasionado pelo colapso parcial ou total da barragem ou estrutura anexa. ;

X - incidente: qualquer ocorrência que afete o comportamento da barragem ou estrutura anexa que, se não for controlada, pode causar um acidente;

XI- operação da barragem: fase da vida da barragem, a partir do primeiro enchimento do reservatório ou do comissionamento da barragem (final de sua construção), ou fechamento do reservatório, o que ocorrer primeiro; e

XII- Zona de Autossalvamento - ZAS: região do vale a jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são da responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência. A abrangência da ZAS será regulamentada pelo órgão ou entidade fiscalizadora.

XIII – diques: estruturas de contenção ou armazenamento de águas superficiais não situadas em talvegues de rios

.....
Art. 4º

.....
VI - a responsabilidade civil do empreendedor por danos decorrentes de falhas da barragem, independentemente da existência de culpa.

.....
Art. 6º

.....
VIII – as diretrizes, critérios e normativos estabelecidos pela Comissão Nacional de Segurança de Barragens (CNSB);

.....
Art. 7º As barragens serão classificadas pelos fiscalizadores, por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos pela CNSB.

.....

Art. 8º
.....

VIII - relatórios das inspeções de segurança, regulares e especiais;

.....
.....
§ 2º As exigências indicadas nas inspeções regulares e especiais de segurança da barragem deverão ser contempladas nas atualizações do PSB.

§ 3º O empreendedor deverá manter o PSB atualizado e operacional até a completa desativação da barragem.

§ 4º O PSB deverá estar disponível para o fiscalizador e demais entidades do ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) antes do início do primeiro enchimento da barragem.

.....
Art. 12.
.....

§1º . O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos órgãos de proteção e defesa civil.

§ 2º Os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do PAE

§ 3º Antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá:

.....
Art. 13.
.....

§2º O SNISB deverá manter informações sobre incidentes e acidentes de barragens.

§3º O Sinpdec deve manter canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens, informando ao respectivo agente fiscalizador eventuais inconformidades.

.....
Art. 16.
.....

§ 1º O órgão ou entidade fiscalizadora deverá informar ao Sinpdec qualquer não conformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição.

§ 2º O órgão fiscalizador deverá implantar o cadastro das barragens a que alude o inciso I no prazo máximo de 2 (dois) anos, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 17.

I - prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem, a reparação dos danos civis e ambientais, em caso de acidente ou desastre e ao cumprimento das recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança;

VI - permitir o acesso irrestrito do fiscalizador e dos órgãos integrantes do Sinpdec ao local da barragem e à sua documentação de segurança;

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 17-A. Considera-se infração administrativa o descumprimento pelo empreendedor das obrigações estabelecidas nesta Lei, regulamentos ou instruções emitidas pelo respectivo órgão ou entidade fiscalizadora.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando o cometimento de infração administrativa a esta Lei, poderá dirigir representação ao órgão fiscalizador.

Art. 17-B. As infrações administrativas são sujeitas às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - embargo provisório ou definitivo, parcial ou total, de obra ou atividade;

V - demolição de obra.

§ 1º Para imposição e gradação da sanção, o órgão ou entidade fiscalizadora observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a sociedade e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de segurança de barragens;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

.§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º A multa simples pode ser convertida em serviços de manutenção ou recuperação da barragem que minimizem riscos de acidente ou desastre, a critério do órgão ou entidade fiscalizadora.

§ 4º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

Art. 17-C. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado pelo órgão ou entidade fiscalizadora e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 17-D. A aplicação das sanções previstas no art. 17-B não isenta o empreendedor de outras sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outras normas específicas que tratem da matéria, tampouco o isenta da responsabilização civil."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.